

## EDITORIAL

No findar de um ano bastante atípico, cercado por um tempo marcado por tantas incertezas, apresentamos mais um volume da AVAL. Ele é fruto de artigos selecionados, provenientes de uma convocatória aberta, realizada ao longo do segundo semestre de 2020.

Assim, com os artigos que compõem este volume, busca-se ampliar as bases políticas, analíticas e metodológicas da avaliação de políticas públicas, mostrando limites de modelos e perspectivas hegemônicas, mas apontando também para novas perspectivas.

Os artigos põem em questão os sentidos de avaliar políticas públicas. Inquietações sobre “para quê?” e “para quem avaliar?”, bem como acerca dos usos e pertinências da avaliação, suas intencionalidades políticas, epistemes e conceitos, além do lugar do(a) avaliador(a) nos processos avaliativos, pontuando, no seu conjunto, este volume.

Depreende-se, a partir dos artigos, a emergência de um pensamento em avaliação de políticas públicas, que se distancia do mainstream de epistemes, valores e práticas validados no campo da avaliação (podemos dizer, no sentido bourdieusiano de campo), constituindo uma contra hegemonia da avaliação, na melhor das expressões que circula entre alguns agentes desse campo, alguns deles autores deste número da AVAL.

Em relação a autores do campo da avaliação no Brasil, este volume abre com o artigo de Rosana Boullosa (UNB), que convida para uma ampliação epistêmica e novas classificações para o campo da avaliação. Na sequência, apresentamos: no artigo de Paulo Jannuzzi (IBGE/Fundação Cesgranrio), encontra-se a estruturação de uma “perspectiva sistêmica”, a contribuir para o campo contra hegemônico de avaliação; Suely Chacon e Verônica Salgueiro (ambas da UFC) propõem uma “avaliação de políticas públicas com base na sustentabilidade”; e Rogério Barbosa (Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação – RBMA) revisa o conceito de “teoria das mudanças”.

Seguidamente, em conexão com perspectivas de autores latino-americanos, María Eugenia Brissón, Matías Mattalini e Nerio Neirotti, da Universidad de Lanús, discutem sobre as bases para construção de um sistema de avaliação na Argentina; e Celeste Ghiano, da Universidad Nacional de Córdoba, realiza um exercício de reflexividade, enunciando

as bases de formação de uma avaliação transformadora, inspirada na constituição de uma “Epistemologia do Sul”.

Finalizando este número, apresentamos dois relatos de experiências práticas de avaliação de programas de corte social: a avaliação do “Programa Criança Feliz”, de autoria de Alana Anselmo Carneiro, Ana Cristina Brito Arcoverde, Creusa da Silva Melo e Tacyana Kelly Rosas Alves, Departamento de Serviço Social/UFPE; e a avaliação do “Programa Incluir da UFRN”, realizada por Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino, da Faculdade de Serviço Social/UERN.

Ressaltamos que os artigos se coadunam à agenda de formação e pesquisa do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas – MAPP e Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas – PPGAPP, que publicam a AVAL.

Nesse sentido, a revista vem, no seu esforço de consolidar a sua proposta editorial, tornando-se referência no campo da avaliação, sobretudo para aquele(a)s que buscam reflexões e inovações, a conduzir avaliações que possam, democraticamente, alcançar legitimidade junto a amplos e distintos setores e grupos sociais, para além do setor governamental.

O(a) leitor(a) poderá conferir, ele mesmo, neste volume da AVAL, a trajetória de (outra) agenda de avaliação, plural e heterogênea, mas também reflexiva e crítica. Boa leitura!

---

**Alcides Gussi**  
**Andrea Pinheiro**  
**Danielle Maia Cruz**  
**Gil Célio Cardoso**  
**Editores**